

RESENHA | REVIEW 

**PANICH, LEE M.; GONZALEZ, SARA L. (EDS.). THE ROUTLEDGE HANDBOOK OF THE ARCHAEOLOGY OF INDIGENOUS-COLONIAL INTERACTION IN THE AMERICAS. LONDON AND NEW YORK: ROUTLEDGE TAYLOR & FRANCIS GROUP, 2021. 578p.**

Sílvia Alves Peixoto<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ.

Trata-se de um compêndio do que há de mais atual e inovador nas pesquisas arqueológicas que se debruçam sobre as histórias indígenas em contextos de colonialismo vivenciado em diferentes partes do território americano nos últimos cinco séculos. O livro reúne pesquisadores de diferentes procedências, bagagens e vivências, vários deles indígenas, os quais oferecem em suas discussões e estudos de caso perspectivas desafiadoras e instigantes para se refletir sobre os caminhos que a Arqueologia do Colonialismo trilhou até aqui e quais são os cenários futuros, e desejáveis, para a área.

Em um trabalho primoroso de edição, os organizadores conseguiram formatar um livro que, a despeito da quantidade de capítulos, autores e temas, tem uma surpreendente uniformidade na forma de apresentação dos dados, o que é muito bem-vindo para o formato a que se propõe, de um *handbook* (manual). Com 33 capítulos, a publicação é estruturada em 4 partes, com textos que se tangenciam em função de suas temáticas ou abordagens. Guardadas as devidas especificidades e salvo exceções à regra, os capítulos apresentam, em sua maioria, uma estrutura muito similar: uma introdução, em que são apresentados os conceitos e temas que serão abordados no texto, e como ele está organizado; seguido de um aprofundamento dos conceitos e temas pertinentes; um panorama das pesquisas já realizadas sobre, e por fim um ou mais estudos de caso que exemplificam a aplicação do que foi anteriormente discutido, normalmente dentro do tema de pesquisa do(s) próprio(s) autor(es).

A Parte I explora os aspectos mais teóricos e metodológicos concernentes à temática dos encontros coloniais e das relações entre indígenas e diferentes grupos culturais no período pós-contato, com textos apresentando estudos de caso que demonstram como os arqueólogos desenvolveram ao longo das últimas décadas quadros conceituais e metodológicos mais atuais e adequados para lidar com o assunto, que pretendem escapar definitivamente de paradigmas há muito ultrapassados, como o de aculturação e a separação pré-história/história.

Alguns dos capítulos apresentam, discutem e advogam novas metodologias que vêm sendo aplicadas em diferentes contextos arqueológicos nas Américas e que têm transformado em grande medida as interpretações acerca de aspectos centrais e amplamente debatidos do colonialismo, como as consequências da introdução de novas doenças a partir do contato e o papel que tiveram no processo de declínio populacional dos grupos indígenas; relações com o ambiente e com as mudanças climáticas ocorridas em diferentes períodos; o manejo de novas espécies animais no continente americano, entre outros.

Através de abordagens e metodologias inovadoras em áreas como bioarqueologia, análise de padrões mortuários e genética; padrões de assentamentos e análises espaciais; análises ambientais, por exemplo, os arqueólogos têm documentado diferenças consideráveis (em termos de escala e magnitude) entre contextos e grupos indígenas no que se refere às respostas e estratégias diante dos processos de colonialismo.

#### COMO CITAR

PEIXOTO, Sílvia Alves. RESENHA: PANICH, Lee M.; GONZALEZ, Sara L. (eds.). The Routledge Handbook of the Archaeology of Indigenous-Colonial Interaction in the Americas. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2021. 578p. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 408-412, Jan-Jun. 2022.

Algumas das viradas conceituais mais interessantes discutem que as rupturas e transformações acarretadas nos grupos nativos pelo colonialismo não estão necessariamente, ou integralmente, relacionadas a fatores externos, climáticos ou epidemiológicos, mas muito mais às condições sociais, políticas e econômicas impostas pelos processos relacionados ao colonialismo, como desnutrição, pobreza, violência, trabalho e taxas excessivas, deslocamentos forçados, entre outros, os quais foram ainda mais determinantes para a suscetibilidade desses grupos.

Alguns dos textos discutem (na Parte I e em praticamente toda a IV), de maneira mais crítica e contundente, o papel da Arqueologia e da comunidade científica nas pesquisas feitas sobre contextos coloniais que envolvam grupos indígenas (e outros subalternos) e os legados de séculos de práticas colonialistas impostas a eles. Num processo denominado de “duplo colonialismo”, é ressaltado, em um tom fortemente político, que a Academia participa, de maneira central, da manutenção e da própria construção da ordem colonial moderna, através de práticas arqueológicas assimétricas, e em muitos casos paternalistas, que envolvem estratégias de objetificação, distanciamento e alteridade no controle e estudo do patrimônio indígena, e acabam por reforçar e legitimar processos de colonialismo passados e a própria lógica colonial.

A Parte II engloba textos que abordam alguns temas e conceitos-chave para a Arqueologia do Colonialismo, apresentando estudos de caso que vão da América do Norte à Bolívia. Muitos dos capítulos se tangenciam na ênfase que dão aos processos de agência dos grupos nativos, a partir de uma perspectiva diacrônica, abordando os modos como se engajaram, responderam e resistiram, na longa-duração, aos regimes e práticas coloniais (políticas, econômicas e religiosas); às condições de trabalho impostas, ou escolheram manter suas tradições tecnológicas, mesmo em face da multiplicidade de opções pós-contato.

São abordados os caminhos escolhidos pelos indígenas para lidar com os colonizadores em seus territórios, seja em processos de resistência, velada ou aberta; confrontos armados; migrações e/ou estratégias de interação e negociação, os quais variaram enormemente no tempo e no espaço em face dos diferentes tipos de regime político-econômico-religioso implementados.

Aspectos religiosos são discutidos a partir da análise da materialidade envolvida nos processos missionários de conversão impostos por diferentes ordens, católicas e protestantes, e as muitas maneiras pelas quais as culturas nativas se apropriaram, negociaram e resistiram a essas práticas. É enfatizado que esses processos, para além dos aspectos espirituais, muitas vezes apresentaram negociações e relações, raramente unilaterais, inseridas em outras esferas do cotidiano, e que, a despeito das assimetrias inerentes às relações coloniais, os processos de conversão nem sempre envolveram necessariamente profundas quebras ou mudanças de tradição por parte, apenas, dos indígenas.

Concepção similar é desenvolvida na discussão sobre agência e inovação relacionadas às escolhas dos grupos nativos e a manutenção de tradições tecnológicas. Indo de encontro aos modelos eurocêntricos e unidirecionais de “mudança”, baseados na suposição de que o contato acarretou em drásticas mudanças tecnológicas para essas sociedades, que teriam rapidamente abandonado suas tradições em favor de ferramentas e objetos europeus considerados

supostamente superiores, é abordado como elas mantiveram, na longa-duração, suas próprias tradições tecnológicas ao escolher, conscientemente, incorporar ou não tecnologias ou materiais exógenos em suas práticas diárias.

Os emaranhamentos (*entanglements*) dos encontros coloniais são também abordados ao se advogar por um diálogo entre as arqueologias indígena e da Diáspora Africana e a importância de se analisar as conexões entre essas populações nos contextos coloniais e os produtos resultantes (materiais, biológicos e sociais). Para tanto, é enfatizada a necessidade de se ultrapassar as abordagens que se fixam em categorizações simplistas que privilegiam os contextos originais de confecção e uso, em favor de uma perspectiva diacrônica que reconheça que os espaços e os objetos são multifacetados e mudam constantemente em suas composições, funções e usuários. Assim, evita-se negligenciar ou superestimar os papéis de africanos e indígenas e a formular interpretações mais equilibradas e que levem em consideração todas as partes envolvidas, aí incluídos também os colonizadores europeus responsáveis por os colocar em convivência.

A Parte III, que contém a maior quantidade de capítulos, apresenta estudos de caso que incluem contextos que perpassam boa parte do território americano, desde a Patagônia argentina, passando por São Paulo, Peru, Caribe, Honduras, Guatemala, México, Canadá e diferentes regiões dos Estados Unidos. A agência dos grupos nativos segue sendo um tema central, com muitos dos capítulos discutindo as estratégias que eles desenvolveram para se adaptar, resistir ou sobreviver em face de distintas situações e em diferentes momentos do processo de colonialismo nas Américas. Aspectos relativos a mobilidade, redes de aliança e influência, reciprocidade, entre outros, são abordados em contextos de experimentação, inovação, interações sociais e principalmente levando em consideração a transformação de todos os atores envolvidos, em maior ou menor grau.

Nessa perspectiva, são investigados os usos coloniais e as transformações que acarretaram as redes de troca e interação locais e regionais existentes entre diferentes grupos nativos previamente à invasão europeia, e como essa expertise forneceu conhecimento aos europeus sobre o ambiente e os recursos locais. Aspectos como poder, autonomia, flexibilidade, mobilidade estratégica, persistência, influência e redes de interação e aliança, são também abordados no âmbito das relações estabelecidas entre diferentes grupos nativos do território norte-americano e entre eles e os colonizadores. Nesse cenário, é destacado, tal qual ocorre em muitos contextos, que a realidade pré-contato desses grupos já era profundamente marcada por interações, negociações, e muitas vezes tensões e disputas por territórios, recursos e poder.

A partir dos conceitos de persistência e resistência, é advogado que a mudança cultural é na maior parte das vezes multidirecional, com as sociedades “dominantes” sendo, muitas vezes, tão modificadas quanto as nativas, um desafio à concepção de que, em contextos coloniais, especialmente os imperiais, a incorporação da cultura material dominante pelas comunidades locais seja resultado, necessariamente, de processos de imposição.

É discutido também o papel da materialidade na construção e comunicação de identidades sociais, tanto através dos aspectos ligados à corporalidade, através das vestimentas e outros

objetos relacionados ao corpo; ou na emergência de novas identidades culturais coletivas, surgidas a partir do contato entre grupos indígenas e europeus. Nesse âmbito, alguns contextos desafiam até mesmo conceitos atuais e amplamente utilizados, como o de hibridismo, em favor de abordagens que partam das *ontologias* e *epistemologias* das próprias comunidades que estão sendo investigadas.

Esses dois conceitos são, inclusive, pano de fundo para alguns dos capítulos da Parte III, que discutem aspectos relacionados à memória e à gestão do patrimônio indígena; e em toda a parte Parte IV do livro, que explora os caminhos pelos quais a Arqueologia pode trabalhar junto às comunidades indígenas num processo, necessário e urgente, de decolonização e indigenização da disciplina.

Nessa parte final do livro, são apresentadas perspectivas que visam subverter práticas acadêmicas marcadamente patriarcais, eurocêntricas e colonialistas, ao darem voz às narrativas, valores, lógicas e modos de viver que foram, e muitas vezes seguem sendo, suprimidos ou marginalizados. Com muitos dos capítulos sendo assinados por pesquisadores indígenas, alguns deles trabalhando com suas próprias comunidades, advoga-se, através de casos concretos, como as pesquisas baseadas na colaboração direta com as comunidades podem contribuir para o incremento da soberania e da autodeterminação desses grupos na gestão de seus patrimônios culturais.

Nesse âmbito, são tratados temas como a arqueologia de reservas indígenas nos Estados Unidos; a importância da história oral e do registro escrito como ferramenta pedagógica capaz de resgatar e revitalizar as práticas alimentares tradicionais de comunidades indígenas contemporâneas; os limites e as controvérsias inseridas nas práticas de repatriação do patrimônio indígena; as atividades museológicas e o próprio papel dos museus e seus pesquisadores na capacitação de agentes locais, na inserção das comunidades e suas lideranças a frente das interpretações das coleções, no estabelecimento de protocolos para as pesquisas de campo e na própria concepção e organização das exposições.

Com uma amplitude impressionante, cobrindo aspectos geográficos, temáticos e cronológicos, o livro é um mergulho profundo nos quatro cantos onde o colonialismo fincou raízes. Pela abrangência e diversidade de abordagens e contextos, tem enorme êxito em aclarar a multiplicidade de cenários, situações, arranjos, estratégias e respostas elaboradas pelos grupos indígenas em face dos diferentes processos engendrados pela empresa colonialista nas Américas. Pouco mais de 500 páginas contribuem, como nunca, para catapultar definitivamente as abordagens e os conceitos monolíticos e reducionistas, atestando que, definitivamente, não se trata de um, mas de múltiplos processos de colonialismo, os quais a Arqueologia, quando consciente e responsabilmente praticada, pode ajudar a iluminar, e minimamente reparar.

Recebido em: 10/03/2022

Aprovado em: 26/04/2022

Publicado em: 30/06/2022